



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA,
TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 15 DE JUNHO DE 2016

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Bom dia a todos e todas. Hoje realizamos a quinta audiência pública da nossa Comissão. Estão presentes os Srs. Vereadores Senival Moura e o nosso colega Salomão Pereira. Na qualidade de Presidente da Comissão declaro aberta a nossa audiência pública, que tem como objetivo o debate das constantes interrupções de fornecimento de energia denunciado por representantes do coletivo Apagão, da Chácara Klabin, que vieram a esta Comissão na reunião do dia 9 de março de 2016, oportunidade em que solicitaram aos Srs. Vereadores esta audiência pública.

A preocupação relatada naquele momento se circunscrevia não apenas à interrupção de fornecimento, mas aos resultados causados por ela. Por isso agradeço à população que aqui esteve, mas também pela sensibilidade que a ARSESP, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, teve em dialogar com a nossa Secretaria e com a nossa equipe para se fazer presente, assim como à AES Eletropaulo, ambas representadas por seus Diretores.

Solicito para compor a Mesa conosco os Srs. José Bonifácio de Souza Amaral Filho, Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados da ARSESP e Rogério Pereira Jorge, Diretor de Relacionamento da AES Eletropaulo, que nos trarão informações.

O formato das nossas audiências é sempre permitir uma abordagem inicial por parte dos nossos convidados e, depois, o diálogo com a sociedade que se faz presente. Por isso vamos abrir com a AES Eletropaulo e a ARSESP apresentando as informações atinentes à oferta de energia para a Cidade e, em especial, aos bairros que vêm apontando interrupções bastante vigorosas do fornecimento; apresentando as informações de interrupções e o quanto isso tem gerado processo de investigação e apuração pela Agência, assim como a AES Eletropaulo nos trará as informações de como tem reagido a essas incidências e ocorrências.

Depois disso, os Srs. Vereadores terão a oportunidade de fazer a oitiva dos nossos convidados, portanto, questioná-los e, ao final, poderemos fazer um breve balanço combinando fluxos regulares de informação tanto da AES, prestadora de serviços na nossa Cidade, como

da Agência, que é a nossa reguladora.

Peço primeiro que a Agência se manifeste naquilo que pode nos trazer de todo o processo fiscalizatório que realiza, logo depois, a AES Eletropaulo e, em seguida, escutaremos a sociedade que nos solicitou esta audiência. Esses são os procedimentos para a audiência pública do dia de hoje. Agradeço, mais uma vez, pela presença.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

Em nome da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, cumprimento a todos. É com toda satisfação que estamos aqui para ajudar a atividade de fiscalização e levar ao conhecimento de todos as causas que têm sido levantadas com relação a essa situação do serviço de energia elétrica.

Sou Diretor de Regulação Econômico-Financeira da ARSESP, que conta com cinco diretorias, além da citada: do Gás Canalizado, de Energia Elétrica, de Saneamento e de Relações Institucionais. Estão presentes também os Srs. Marcos Peres Barros, Diretor de Regulação e Fiscalização de Energia Elétrica; Paulo Góes, Diretor de Relações Institucionais e Dr. Paulo Fernando Cunha Albuquerque, Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade, que fará a apresentação e dará todos os esclarecimentos que forem julgados necessários.

Essa é uma breve apresentação e depois continuaremos à disposição, Sr. Presidente, para a seguir o Superintendente de Energia Elétrica fazer a apresentação. Apenas um esclarecimento, os serviços de energia elétrica são de responsabilidade federal, pela Constituição; geração, transmissão e distribuição de eletricidade, por meio de um convênio com a Agência Federal, Aneel. As atividades de fiscalização dos serviços de distribuição são transferidas pela Aneel, que estabelece todos os procedimentos para que a Agência Estadual faça em todo o Estado de São Paulo a fiscalização do serviço de eletricidade, sob esse convênio com a Agência Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Passo a palavra à AES para uma breve introdução e, depois, ao Sr. Superintendente para que possa fazer a exposição da atuação, enquanto órgão de regulação e fiscalização no Estado de São Paulo.

O SR. ROGÉRIO JORGE - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento meus colegas de Mesa; os Diretores da ARSESP, já apresentados, e o Dr. José Bonifácio.

Sou Diretor de Relacionamento com os clientes da AES Eletropaulo. Estou encarregado de compartilhar as informações da Chácara Klabin em nome dos meus colegas de empresa, que também me acompanham nesta reunião. São os representantes das áreas de engenharia, manutenção, atendimento e diversos colegas que me ajudaram a preparar os materiais e, principalmente, estão encaminhando as ações de melhoria não apenas para a Chácara Klabin, mas para toda a nossa área de concessão.

Na sequência, vamos apresentar também algumas informações para contribuir e dar um horizonte do que pretende ser feito.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vamos passar à apresentação, primeiro da AES, permitindo depois a Agência fazer a abordagem com base na apresentação do prestador. Porque senão o fiscalizador vai se apresentar antes do órgão regulador.

Lembro que nossa audiência é transmitida on-line pelos canais digitais da Câmara, por isso pode ser que recebamos também contribuições externas ao nosso plenário.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. ROGÉRIO JORGE – Esse primeiro *slide* é apenas para contextualizar a Companhia, antes de entrar nos dados da Chácara Klabin.

A AES Eletropaulo é uma empresa privada. Tem uma área de concessão que atende os 24 Municípios de boa parte da região Metropolitana, a cidade de São Paulo, sete cidades na região do ABC Paulista e mais 16 Municípios na região Oeste; Barueri, Itapeverica, Santana do Parnaíba. É a maior distribuidora da América Latina. Tem quase sete milhões de

unidades consumidoras que atendem, muito provavelmente, mais de 20 milhões de habitantes na sexta maior cidade do planeta, a cidade de São Paulo. Somos em 15 mil colaboradores entre próprios e terceiros e concentramos na nossa área cerca de 16% do PIB do País. Isso foi para contextualizar a nossa área de concessão.

Trago agora os dados da Chácara Klabin. Nesse primeiro *slide* o meu objetivo é compartilhar com os senhores uma primeira visão de como é feito o atendimento do fornecimento de energia na Chácara Klabin.

Naquele mapa, em cima, vemos a região, o que se denomina Chácara Klabin. O lado esquerdo do mapa mostra o lado direito da Av. Ricardo Jafet, sentido litoral, Imigrantes. Como podemos ver no mapa grande, aquela região é atendida por dois alimentadores, chamamos de circuitos, do ponto de vista elétrico. São dois circuitos que saem do outro lado da Avenida Ricardo Jafet, da Subestação Sacomã. Um dos alimentares, que está destacado em verde, é o Sacomã 108, ele é assim denominado, e o outro é o Sacomã 112. Então a imensa maioria dos moradores daquela região é atendida praticamente por esses dois alimentadores.

Estou fazendo essa apresentação porque, na sequência, tudo o que vou apresentar faz referência exclusivamente a esses dois alimentadores, para sermos bem objetivos e não tratarmos de outras regiões além dessa.

Outra parte importante para ajudar a contextualizar é como se mede no País – e eu diria que em todos os Países do mundo também – indicadores de qualidade do fornecimento. Na verdade, há dois grandes indicadores que medem a qualidade da energia fornecida. O primeiro deles é o que chamamos de DEC, duração equivalente por cliente, que mede o número de horas que, em média, cada um dos clientes daquela região; no nosso caso, cada um dos clientes do Sacomã 108 e do Sacomã 112; ficou sem energia num determinado intervalo de tempo. E o FEC, que é a frequência equivalente por consumidor, que é o número de vezes que cada cliente, em média, ficou sem energia também naquele mesmo intervalo de tempo.

Esses dois indicadores têm três grandes componentes que afetam esse desempenho ou a sua contabilização. De baixo para cima, nas barrinhas cinza, a primeira parcela é o que chamamos de programada, tanto DEC quanto FEC programado. O que é isso? São aqueles desligamentos feitos de forma planejada de acordo com a regulamentação, com aviso prévio aos clientes, e que tem por objetivo duas grandes finalidades: executar obras de melhoria, de manutenção preventiva ou de expansão da rede; ou atendimento a novas cargas a novos clientes.

Então, normalmente quando desligamos de forma programada, com aviso antecipado, é porque estamos fazendo alguma manutenção preventiva ou construindo rede nova, fazendo uma expansão; ou porque estamos atendendo algum cliente que pediu uma ligação e para isso é preciso um reforço de rede e, conseqüentemente, um desligamento do trecho para fazer o referido reforço.

A segunda parcela, que está ali no meio, o bloco do meio, é o que chamamos de não programado. Essa parcela não programada é aquela que acontece fora do planejamento da Companhia. Não estava programado o desligamento e, por algum motivo, a rede desligou: uma queda de árvore; um raio, uma descarga atmosférica; um abaloamento de poste; uma falha de equipamento ou por um rompimento de cabo. Então, há dezenas de motivos que podem levar com que a rede se desligue. Isso é o que chamamos de não programado.

E tem aquela última lá em cima, que é classificada também de não programada, mas tem uma natureza reconhecida pela própria regulamentação do setor “excepcional”. São considerados eventos totalmente atípicos, não previsíveis de força maior, excepcionais, em que a distribuidora não tinha como atuar de forma diferente naquela parcela.

Por que estou fazendo essa apresentação? Porque toda regulamentação trabalha com as duas primeiras barras, de baixo para cima, em cinza mais escuro, e a parcela do meio. Não compõem para fins de cálculo do indicador regulado aquela parcela de cima. Como a nossa finalidade não é discutir regulação, mas sim melhorar a satisfação dos clientes, o que o

cliente percebe é o total. É o empilhamento das três barras.

Então, o que vou mostrar daqui para frente, Sr. Presidente, é o total, independente de ser excepcional ou não, programado e etc, apesar de mostrar as três parcelas para que a gente conheça a realidade daquela região. Feita essa contextualização, o que eu trouxe? O desempenho, a tendência do desempenho desses dois indicadores: do DEC; no próximo *slide*, do FEC; do Sacomã 108 e do Sacomã 112. Nesse primeiro aqui eu trouxe o DEC e ali podemos ver o Sacomã 108, e ali o DEC está em numero de horas, então aquele gráfico ali, lemos da seguinte forma: de janeiro a maio de 2015, tivemos no total, 17,4 horas de interrupção em media, por cliente do Sacomã 108. É assim que se lê esse gráfico. No total de 17,4 horas nove horas foram classificadas de acordo com a regulamentação da época e essa regulamentação da época e essa regulamentação, mudou a partir de janeiro de 2016, naquele momento, nove horas foram consideradas como excepcionais, como a típicos, quase sete horas, foram não programadas, diria que gerenciáveis e uma hora e meia, foram interrupções programadas ou para a manutenção preventiva para atendimento a cliente. E na barra do lado, da direita podemos ver ali o total de 14, 5 horas no mesmo período, só que agora de 2016, ou seja, de janeiro a maio de 2016, no Sacomã, 108, tivemos uma redução no total de 17% do total de horas interrompidas. Se considerar desse total de 14, 5 horas, 3,7 foram em manutenção, foram desligamentos programados, justamente para executar aquelas manutenções que já viemos relatando ali para a região, ou para atendimento aos clientes, vemos que onde a manutenção programada, realmente pode atuar número de horas, interrompidas reduziu 32% que são as não programadas. As programadas nós precisamos atender, seja para fazer manutenção, seja para atender o cliente. Olhando só na parcela não programada, que é a parcela vermelha e cinza, a gente percebe que no Sacomã 108 tivemos uma redução de 32%. Esse indicador ainda é acima do indicador regulado para aquela região, por isso que na sequência desses slides vamos apresentar o que vamos fazer adicionalmente ao que já foi feito. O meu objetivo é só compartilhar que já percebemos nesse primeiro

alimentador uma tendência de melhora e vamos continuar vendo isso porque vocês vão ver uma série de investimentos para serem realizados ali na região. A mesma situação podemos perceber no Sacomã 112, em se tratando de numero de horas. Em volume total caímos de 5,6, para 5,2. Os números são parecidos, só que na hora que você analisa a composição as interrupções não programadas reduziram mais da metade, reduziram 55% podemos ver ali que em 2,8 horas são interrupções que fizemos para manutenção preventiva, troca de equipamentos, e atendimento a cliente. Porque estou destacando isso? Essa é uma situação, essa parcela azul, assim que se concluem as obras ela não acontece de novo. A partir do momento em que fizemos lá a troca do cabeamento, a troca dos equipamentos, não vamos trocar de novo no trimestre seguinte. Ela é uma situação transitória para que tenhamos condições de apresentar melhoria que se espera para a região. Na hora que a gente vê ali a redução do não programado, já é bem significativa. Ali no Sacomã 112, a parte não programada já está chegando para níveis bem aceitáveis dentro do que é definido pela regulação, então a gente consegue ver que a prioridade é realmente o Sacomã 108, que apesar de já estar reduzindo ainda precisa reduzir ali de 10 horas para chegar a um patamar de 7 horas no AMA, que é o que estabelece a regulamentação, contando com a parte programada. Por isso que vamos investir bastante. Ainda temos muitas obras previstas, vou mostrando na sequência mas que dá um horizonte de melhoria.

Aqui é o mesmo quadro falando agora do FEC, que é o numero de vezes, e não o numero de horas, que os clientes foram interrompidos. Como que lemos esse gráfico? Ali no Sacomã 104, a primeira barra, 4,7 entende-se que 4,7 vezes cada um dos clientes são alimentados pelo Sacomã 108, ficaram sem energia no período de janeiro a maio de 2015. E vocês podem ver como, vimos no slide anterior da duração o nosso maior ponto de prioridade é onde hoje estão nossos esforços é para melhorar o desempenho do Sacomã 108, que ele aumentou em 25% a parcela não programada. Como os senhores podem ver ali a parcela programada, ainda pequena, porque nós priorizamos as obras do lado do Sacomã 112, que

vimos no slide anterior, que a parcela programada é bem maior. Estou mostrando isso, porque quando mostrarmos o próximo slide com as ações que estão sendo implementadas vai ficar muito claro, que a gente conhece, qual o problema, sabe onde ele está acontecendo e tem a data em que essas ações serão implementadas para melhorar. Já no Sacomã 112, já temos um cenário muito mais favorável e vocês podem ver, quando a barra azul é maior, a barra vermelha é menor, quando se faz mais manutenção preventiva se reduz mais as interrupções não programadas. Apesar do cliente que está no Sacomã 112, perceber ao invés de duas interrupções naquele período, perceber quatro esse ano, na verdade, das quatro, quase três foram para poder fazer manutenção preventiva e atendimento a novas cargas e por outro lado, às não programadas que eram praticamente duas, caiu para 1,3. Então temos um horizonte que acabando as obras a situação ali já melhora bastante. A conclusão desses dois diagnósticos que nos mostram é: são tendências positivas, a prioridade de atuação no Sacomã 108, tanto na frequência quanto na duração e apesar de tendência positiva patamares acima ainda da regulamentação estabelece, por isso, que trabalhamos nesse diagnóstico de causa, na definição do plano.

Aqui só compartilhando com os senhores, esse daqui é o mapa, esse gráfico mostra os motivos de desligamento de todas as interrupções da AES Eletropaulo, ou das interrupções de maior impacto da AES Eletropaulo, podemos ver ali que árvores representam mais da metade das interrupções. Mas em específico da Chácara Klabin. Especificamente daqueles dois alimentadores. Ali trouxemos a ocorrências onde foram afetadas a maior parte dos clientes. Podemos ver, por exemplo, no Sacomã 108 mais da metade das interrupções são causadas por árvores que a parcela verde e a parcela cinza ali, outras dezenas de motivos, inclusive no caso do Sacomã 112, em particular a barra cinza tem uma contribuição expressiva de abalroamento de postes na região. daquelas duas ocorrências cinzas, de janeiro a maio de 16, do lado do Sacomã 112, uma delas é abalroamento de postes. Gerando um impacto não desprezível porque também tem uma duração significativa. A principal leitura aqui é que a

questão das árvores, é assim, como é na aérea de toda a Eletropaulo, representa aí de um a dois terços de todas as interrupções que acontecem naquela região. Tanto ano passado, quanto nesse ano, trouxe esse slide aqui que o remédio para reduzir as interrupções por árvores é realizar poda. Só que a nossa poda, temos uma autorização ambiental de realizar poda em um raio de dois metros ao redor da rede. Imagina a copa de uma árvore que cresce e passa da rede. O que podemos com essa copa da árvore e podar dois metros ao redor dela. O problema na hora que chove e na hora que venta, ou aquele galho que está há dois metros de distância balança e vai para cima da rede ou a árvore que continua da rede para cima, cai um galho de três, quatro metros, ou cai a árvore toda. Trouxe alguns exemplos para que consigamos diferenciar aquilo que ação que a poda vai resolver, que são aqueles eventos menores, ou seja, aquele contato acidental em um dia normal, onde tem um vento de 20, 30 40 km por hora, mas não vai evitar situações ali, como eu trouxe, por exemplo, que tivemos em 15 de fevereiro, 16 de maio, 21 de maio, para ser sucinto, porque tivemos dias similares, alguma coisa da ordem de cinco vezes entre o final de maio e começo de junho. Então isso é só para contextualizar até onde a nossa ação consegue resolver.

Falando das ações, ações de curto prazo, diria até, de curtíssimo prazo, elas estão sendo executadas agora, já foram executadas ao longo de 2015, as que estão previstas, para 2016, vão ser concluídas agora no começo do segundo semestre.

Em 2015, foram podadas 611 árvores, naqueles dois circuitos, feita uma série de manutenções preventivas com substituição de material e equipamento danificado. Tanto é fato que a gente viu lá que reduziu tanto a frequência quanto a duração não programada, fruto dessas ações de 2015.

Em 2016, estamos realizando podas adicionais, além daquelas 611 que já foram feitas, há outras 252 iniciadas, a gente vai concluir agora no início do segundo semestre, entre julho e agosto. Há ainda a manutenção preventiva, com substituição de equipamento etc. Essas de 2016 são focadas principalmente no Sacomã 108, que vimos onde tem a maior

prioridade de melhoria.

Além disso, estamos fazendo a instalação de equipamentos, automação de rede, que nós chamamos religador automático, que é aquele equipamento que desliga quando percebe o contato acidental, normalmente de um galho de árvore com a rede, aguarda 20 segundos e religa, se o curto permanecer ele desliga de novo, aguarda 40 segundos, religa e, se pela terceira vez ele perceber que o curto se manteve, desliga definitivo para não causar acidente com a rede.

Isso ajuda porque quando for o caso da queda transitória de um galho ele desliga, espera o galho cair e volta. Isso ajuda às vezes a não manter uma região interrompida por uma queda de um galho acidental ali. Pode passar.

Nós trouxemos também uma obra que eu chamaria de estrutural, uma das mais importantes da companhia, envolve 51 milhões de reais de investimento. Já está em fase de projeto, vai ser iniciada no final de 16, começo de 17, a data de conclusão é para 2018, trata-se da nova Subestação Vila Mariana. Está para o lado da Domingos de Moraes, para o lado de cima da Chácara Klabin.

Toda aquela região da Chácara Klabin que era alimentada por um circuito que vem do outro lado da Ricardo Jafet, vai passar a ser alimentada pela parte de cima da Domingos de Moraes, por Vila Mariana, com circuitos e subestação novos.

Isso é uma questão geográfica. Os circuitos vão ser mais curtos, logo terá menos quilometragem de rede exposta à queda de árvore. Além disso, há troca de alguns equipamentos por novos, tanto cabo quanto posteação, etc. para poder levar os circuitos nos lugares aonde eles não chegam hoje, poder fazer ponto de manobra e, claro, a subestação nova que vai ter uma contingência. Caso perca uma se consegue transferir para outra, então vai poder manobrar parte das cargas entre Vila Mariana e Sacomã, com uma flexibilidade bem maior.

São investimentos estruturais, por isso vamos fazer aquelas ações preventivas, de

curto prazo, para poder trazer o indicador para os patamares definidos pela regulação. No horizonte de 2017 e 2018 ter essa obra estrutural e sistêmica para poder dar, no longo prazo, a qualidade de energia que aquela região exige. Pode passar.

Aqui eu concluo a parte da Chácara Klabin e trouxe só esses últimos dois *slides*.

Nesse, nós apresentamos os investimentos da companhia, para toda a nossa área de concessão. Ali a gente pode ver que, para 2016, da ordem de 800 milhões de reais, patamar que é mais de 30% superior ao ano de 2015, que foi da ordem de 600 milhões. No ciclo de 2016 a 2020, é uma empresa que está investindo mais de 3,5 bilhões na rede, de investimentos nos nossos ativos.

Além disso, não está nesse *slide*, mas nós contratamos, entre novembro de 2015 e março de 2016, mais de mil funcionários da parte operacional, foram quase 700 eletricitas de campo, para fazer a manutenção corretiva, para atender mais rápido, despachadores na central de operação, técnicos de projeto e fiscalização.

No momento em que todo País está em crise, nós estamos contratando mais de mil pessoas na nossa área de concessão, para melhorar a qualidade do fornecimento, aumentando 30% o investimento, indo para 800 milhões em um ano, mais de 3,5 bilhões no horizonte de cinco anos, tudo isso porque a gente tem consciência que a região precisa e que, em alguns casos, estamos fora do que é definido pela regulação. Então nós temos obrigação de corrigir essas situações. Pode passar.

Aqui é um contexto do País. O cenário é da AES Eletropaulo, mas que vale para todas as distribuidoras do País. Mostrei de um lado o investimento subindo, tanto em 2016 quanto para o próximo ciclo, aqui eu trouxe a composição da tarifa. Qual é a participação da distribuidora em cada R\$ 100,00 que pagamos na nossa fatura de energia elétrica?

O que está em amarelo é o quanto fica com as distribuidoras, no nosso caso, com a AES Eletropaulo, para poder pagar os investimentos, pagar as despesas operacionais, recompor a depreciação do ativo e remunerar os investimentos que estão sendo feitos.

Hoje, nós estamos num patamar depois de 2015, algo de R\$ 13,00, de cada R\$ 100,00 que nós pagamos na conta de energia, é o que fica para as distribuidoras, no caso aqui fica para a AES Eletropaulo, poder fazer todo o investimento, operar e manter os ativos na nossa área de concessão. É importante a gente ter isso em perspectiva também.

Acho que eu aqui, Presidente, conclui a nossa contribuição, de forma bem resumida, mas espero ter sido o suficiente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço ao Rogério, que fez a apresentação, com foco bastante determinado na Chácara Klabin, que era um pouco o foco inicial.

Vou rapidamente abrir a palavra para o representante da Chácara Klabin que nos acompanha, para, depois disso, a gente retornar à mesa. Assim a gente estabelece um diálogo tão importante, que é tão pouco usual da comunidade junto com os prestadores de serviço, no caso hoje, permitir à sociedade de participar, mas a gente também poder responder e colocar o órgão regulador para nos auxiliar.

Roberto Fabrício, que aqui representa o coletivo Apagão da Klabin, tem também o microfone da tribuna para fazer as suas indagações, questionamentos, para a AES Eletropaulo, para a Arcesp e também para os Vereadores que estão presentes.

O SR. ROBERTO FABRÍCIO – Excelentíssimo Senhor Vereador José Police Neto, muito obrigado. Agradeço pela oportunidade, agradeço a presença e a atenção dos senhores, por poder expor a realidade da comunidade de moradores da Chácara Klabin, que acredito reflete não apenas as necessidades de um bairro específico, mas de inúmeros bairros na cidade de São Paulo.

Cada um de vocês, provavelmente, deve ter alguma história de queixas com relação à Eletropaulo, quanto à deficiência no atendimento, na forma com que o fornecimento de energia é disponibilizado em São Paulo.

Na verdade, vou relatar um pouco, apenas é o espelho do que se verifica em outros

bairros, então acredito que seja sensível ao interesse de todos os presentes.

Meu nome é Roberto Fabrício, sou morador há oito anos na Chácara Klabin, tenho uma preocupação muito grande com as questões de consumidor, tanto é que sou um dos cofundadores da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, da OAB, seccional de São Paulo.

Sempre fui atuante nessa área, em função de todas as ocorrências que aconteceram com relação à queda de luz, ao fornecimento inadequado de luz, na Chácara Klabin, solicitei-me que eu ajudasse a capitanear esse processo, que surgiu de um grupo de moradores no *Facebook*, onde relatavam quedas de energia.

O grupo foi criado em janeiro de 2015, na decorrência do apagão, no final de 2014 para 2015, do qual os senhores devem lembrar. Apenas no ano de 2015, apenas entre os moradores que fazem parte desse grupo do *Facebook*, foram relatadas 49 quedas de energia.

Agradeço também ao Rogério Jorge pela lucidez, pelas informações, o tempo disponibilizado para divulgar o que a Eletropaulo tem feito. Muito embora, apenas agora tivemos conhecimento do que tem sido feito, o curioso, até com todo respeito, o fato é que a maioria dessas reclamações aconteceu em dias de tempo bom, onde não foram encontradas quedas de árvores. Não quero contestar as informações passadas, mas esse é um indicativo de que há algo que precisa ser mais bem averiguado.

Com relação à Chácara Klabin, nós sabemos que tem havido uma demanda, pressão empresarial, são empresas incorporadoras que têm construídos muitos prédios que obviamente demandam muita energia, isso obriga a Eletropaulo a diligenciar no sentido de compensar essa necessidade adicional.

Ocorre que os consumidores que estão lá, as famílias que já estão lá, não podem ser penalizados por conta dessa pressão comercial. Obviamente, não sei como funciona o tempo junto à Eletropaulo, mas provavelmente a Prefeitura, os órgãos, ou a própria agência reguladora, enfim, devem comunicar à Eletropaulo sobre as necessidades adicionais de

energia.

A forma como isso tem sido conduzido pela Eletropaulo, obviamente como consumidor não sei, mas o fato é que isso precisa ser adequadamente tratado, principalmente no sentido de se evitar que os consumidores que já residem no bairro sejam penalizados por isso. Porque essa é a impressão que nós temos.

Com relação às chamadas paralisações não programadas e as programadas, nós temos que a taxa, ainda com todos os serviços que vêm sendo feitos, o percentual de paradas programadas é muito alto. São inúmeros os relatos de que essas paradas não foram adequadamente comunicadas aos moradores do bairro. São vários casos, como comigo mesmo também. Houve uma parada que depois nós viemos saber que já tinha sido comunicado, só que ninguém no meu prédio recebeu. São paralisações programadas que, na verdade para fins de comunicação efetiva, para quem mora no bairro, não aconteceu.

Por conta dessas paradas e da quantidade grande de paralisações, muitos empresários no bairro tiveram de fazer investimentos grandes, para compensar a falta de energia, principalmente com geradores, o que, do ponto de vista do consumidor é um absurdo.

Com relação à queda de árvores, como é um bairro bastante urbanizado, as quedas existem, podas são fatores, mas em termos gerais de quantidade, como eu falei anteriormente, muitas ocorrências foram em dias sem vento, com tempo bom. A maioria dos relatos aponta nesse sentido. É um dado que precisa ser mais bem analisado.

O inconformismo dos moradores do bairro é muito grande. Essas pessoas que fazem parte do grupo são uma parcela pequena do bairro, com certeza espelham a preocupação e o inconformismo de milhares de pessoas que ali residem.

Uma curiosidade: vejam na conta de luz dos senhores, lá existe um campo onde há informação dos períodos em que ficou sem luz a sua unidade. Todos os meses, verifiquei todas as minhas contas, sempre constou zero. Quer dizer então que estamos mentindo, como consumidores.

Verifique na sua conta de luz se você teve corte de energia na sua residência, no seu bairro, garanto que vai ter zero, também. Esse é um indicativo que a Eletropaulo talvez não esteja adequadamente verificando como estão acontecendo essas quedas. No mínimo isso é prestação defeituosa de serviço.

Além disso, verifica-se quando há queda de energia uma demora no serviço, demora para regularizar a situação da energia. Várias vezes quando a pessoa coloca uma mensagem de texto para comunicar a queda, a Eletropaulo dá uma previsão de uma, duas horas. Houve casos de oito horas de demora no atendimento.

Vejo que alguns de vocês presentes, acenando com a cabeça, já passaram por isso pelo que parece.

Dúvidas também quanto à qualidade do serviço trocado, porque houve três relatos em que o mesmo transformador foi consertado, queimou, foi consertado, queimou. Ou houve falha no serviço ou no equipamento. Teoricamente foi consertado ou trocado, enfim.

Todos esses fatos só apontam para a ineficácia das ações da Eletropaulo, porque se a gente teve, em um ano, 49 relatos só entre as pessoas que frequentam esse grupo no Facebook, de corte de energia. Não estou nem falando de 2016. Quando houve 20, se não me engano.

E o inconformismo foi tão grande que eu e mais 269 moradores assinamos uma petição ao Ministério Público do consumidor, solicitando a abertura de inquérito civil com a apuração de responsabilidades em face da Eletropaulo, indicando, inclusive, a possibilidade de existência de crimes na relação de consumo.

O Ministério Público recebeu como representação criminal. O processo está em trâmite. Posso passar o número do processo se alguém tiver interesse.

Nesse momento, está com o Ministério Público para futuras diligências. Então, acredito que, eventuais tratativas ou posicionamentos da Eletropaulo, com relação ao que fazer não apenas para evitar novos cortes mas, também, se comprometer junto aos consumidores ou

por ressarcimento ou outras ações deverão ocorrer no trâmite do inquérito civil ou representação.

Essa é a nossa situação como consumidores da Chácara Klabin. Esperamos que essa pressão imobiliária e esses fatores que levam a esses cortes possam ser, definitivamente, equacionados.

É para isso que estou aqui e acredito falar não só em nome da Chácara Klabin, mas, de todos os bairros que passam pelo problema de interrupção de energia elétrica.

De minha parte é isso.

Agradeço, mais uma vez, pela oportunidade da palavra.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Antes de devolver a palavra para o Rogério Jorge, colocarei dois elementos para reflexão e, depois, ele poderá nos responder.

Um: qual é a possibilidade de esse modelo de informação que você nos presta no dia de hoje ter um fluxo regular para a Câmara para que a gente possa, regularmente, ir informando a sociedade que tem hoje conselheiros participativos que muito acionam a Câmara, buscando, objetivamente, informações de prestação de serviço. Em especial, os serviços básicos que nos são oferecidos: água, energia, gás.

É lógico que se a gente tiver uma relação estável para o fornecimento de informação só realizaremos as audiências públicas quando a informação não estiver disponível; com a informação disponível, a gente pode acompanhar e questionar.

Então, acho que tem algo que é termos familiaridade com a informação. Ao termos familiaridade com a informação, bater isso com o que é o dia a dia da nossa sociedade, reduzindo o grau de desinformação ou de interpretação.

E, portanto, nós sabemos que tem uma previsão de investimento de 51 milhões de reais. Isso é uma parte.

Eu falo de uma outra parte grande que é a questão das podas que ainda são na

cidade de São Paulo um desafio ou um mistério, porque a gente escuta essa questão da dificuldade de poda do Município realizar, seja o diálogo com a Eletropaulo em realiza-las ou a autorização que, muitas vezes, é a Eletropaulo que tem que dar ou a autoridade municipal para realizar essa poda.

Então, tem algo a ser desmistificado, desvendado, sair desse ambiente em que todo mundo pede e não consegue a tal poda. E sempre parece para o cidadão que alguém está empurrando a responsabilidade para alguém. Quando se aperta a Subprefeitura, ela diz que não pode porque a Eletropaulo é a responsável; aperta a Eletropaulo que responde que é uma responsabilidade da autoridade municipal. A autoridade municipal que está se referindo é o Agrônomo que vai dizer quais galhos podem ser cortados. Daí, levam-se seis meses até cortarem os galhos e, nesse período, o galho que cai interrompe a energia e, portanto, a gente não conseguiu criar um fluxo regular para aquilo que me parece óbvio que é se manter, inclusive, infelizmente, essa parte que é totalmente aérea do nosso fornecimento de energia intacta para não ter as ocorrências que foram aqui apontadas.

Nesses dois pontos, daí chamo a segunda inscrita para falar, Sra. Moira Vasconcelos, conselheira participativa da Subprefeitura de Pinheiros, para que você possa preparar para a gente que tipo de informação pode ter fluxo regular.

Eu vejo uma preocupação que foi feita hoje de montar uma apresentação que, é lógico, eu não tinha essa expectativa, vou ser muito sincero com vocês...

(NÃO IDENTIFICADO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O senhor está inscrito. É que não foi nenhum dos inscritos do Município, daqueles que estavam na audiência que solicitou. Por isso, demos prioridade àqueles que solicitaram. É uma questão de prioridade a quem pediu a audiência. Eu tenho que dar, primeiro... Sim, mas você tem que ter um pouco de paciência.

Quais foram as vezes que você não foi chamado nas audiências aqui? É só você contar. Várias? (Pausa) Por mim? (Pausa)

Então, pronto. Está claro? (Pausa)

É porque aqui a gente tem regra. Quando a gente sabe seguir a regra dá tudo certo.

Tem a palavra o Vereador Salomão Pereira.

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Tenho algumas perguntas, algumas questões para o Sr. Rogério Jorge.

A questão da poda, como o nobre Vereador José Police Neto estava falando, é uma situação gravíssima na cidade de São Paulo. Tem moradores que, às vezes, ficam anos... tivemos casos em que a falta de energia em função da rede elétrica passar por dentro da árvore é bastante grande a partir do momento em que tem ventania. A árvore bate na rede, dando curto circuito e estourando a rede, e os moradores ficam horas e dias sem energia.

Outro assunto, Sr. Rogério, se a manutenção preventiva diminui a falta de energia, podemos dizer que na Chácara Klabin não houve manutenção preventiva para eles terem, constantemente, a falta de energia, acho que é preciso rever essa situação lá, como em toda a São Paulo.

Em outra ocasião, estive na região do Jabaquara em uma rua que estava sem energia já há três dias. É um absurdo isso! As pessoas têm seus alimentos em geladeiras, remédios em hospitais e geladeiras para aqueles que são diabéticos, que tomam insulina, e ficam sem energia. Como é que fica essa situação?

É preciso um pouco mais de responsabilidade da parte dos senhores com o consumidor, porque quando mandam a conta, o consumidor paga. Então, ele tem que ser bem servido. É o que não está acontecendo na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou passar a palavra a Sra. Moira Vasconcelos, lembrando que, ao meio dia, abrimos a sessão ordinária, e a suspendemos, para a continuidade da nossa audiência pública.

A SRA. MOIRA VASCONCELOS – Bom dia.

Meu nome é Moira Vasconcelos; sou conselheira participativa de Pinheiros e vim falar em nome dos moradores dessa Subprefeitura. Vou começar pelo meu bairro.

Moro no Jardim Paulistano, um bairro estritamente residencial, conhecido por árvores, um dos poucos bairros que representam 4% da cidade, chamado de Pulmão de São Paulo, justamente, por isso. Então, é um bairro de conhecimento de todos que possui muitas árvores.

Eu não concordo – desculpe-me, achei sua apresentação muito bonita e bacana, mas acho que não representa a realidade.

Faço minhas as palavras do Roberto.

O que acontece na Klabin, acontece em Pinheiros como um todo.

Quase todos os dias falta luz na minha casa. Não é só quando chove. Se chover, é certeza que acabará. Mas falta quando não chove, como também quando não cai árvore.

Então, culpar as árvores é fácil, mas não é verdade que a culpa é delas.

Não tem explicação. Não tem comunicação. Nós temos muitas perdas pela queda constante de energia. E não são poucas horas.

Na semana passada, fiquei mais de 12h sem luz; mês passado, mais de 21h sem luz; meses atrás, ficamos um final de semana inteira sem luz; às vezes, falta três ou quatro vezes no mesmo dia. Isso é muito chato porque não posso programar o relógio da televisão; temos gente que vive em leito com alimentação via bomba de infusão, que necessita de energia, paciente doente sem alimentação por falta de energia; questão de gente idosa que não sabe programar a televisão, você deixa naquele canal que o idoso assiste, quando acaba a luz, o canal sai, e a pessoa não sabe como mudar; no ano passado, investi muito dinheiro num portão que abrisse mais rápido, por questão de segurança, ele queimou pela constante falta de energia; queimou o *now brake* também; quando a energia volta, ela volta com sobrecarga, capaz de queimar telefone, televisor, geladeira.

Então, temos muitas despesas por conta da falta de energia.

Acho que os dados não estão corretos, porque, se na conta vem que não faltou energia, e ela falta por dias, acho que o serviço pelo que nos é cobrado não corresponde.

São Paulo não está tendo o investimento para programar esses casos. Se é um bairro conhecido por ter árvores, vocês tinham que estar fazendo alguma coisa, enterrar a fiação etc.

Vocês farão o quê? Cortarão as árvores?

É preciso de uma estratégia de vocês para isso. Outro dia, estava numa reunião na Vila Madalena, quando começou a chover, escutamos uma explosão, e o morador falou: “Esperem um pouquinho, isso acontece toda vez que chove”. Em menos de cinco minutos, ouvimos quatro explosões de transformadores explodindo. É chuva! Então, a fiação não está preparada nem para a chuva.

No Jardim Paulistano, falta energia quase todo dia, com sol ou com chuva. Não há uma explicação. Os funcionários falam: “É isso mesmo, a fiação é velha”.

Então, não temos uma manutenção nem uma programação de vocês para trocarmos e enterrarmos a fiação.

Pelo que é cobrado, a conta de luz mais do que dobrou sem aumentarmos o consumo, e não temos uma compensação pelo equipamento que perdemos.

Eu me sinto muito prejudicada.

Pinheiros é uma Subprefeitura que tem muitos idosos. Tem muita gente em casa que depende da luz, e a gente não pode contar com isso.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero agradecer as palavras da conselheira participativa.

Vou chamar o último inscrito que é o Sr. Laerte, mas, enquanto ele se dirige, vou suspender nossa audiência, fazer a abertura da nossa reunião ordinária e a imediata suspensão.

Estão suspensos os trabalhos da nossa audiência pública.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vamos retomar a nossa audiência pública e passar a palavra ao último inscrito que é o Sr. Laerte Brasil.

Depois, devolveremos a palavra à Mesa para manifestação tanto da Agência como da Eletropaulo e dos Srs. Vereadores.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sou Presidente da Confederação de Sustentabilidade do Trabalho e do Empreendedorismo da Cidade e do Estado de São Paulo.

Primeiramente, quero saudar a presença dos Vereadores, de todos e todas presentes que estão debatendo a política pública de energia da cidade de São Paulo.

Durante esses longos anos, a gente fez um estudo, um desenho que vou abordar nesses poucos minutos preciosos que me restam.

Em 2016, na cidade de São Paulo, caíram cerca de 2 mil árvores; em Nova Iorque, caíram 15 árvores. Lá, houve ventos até 180 quilômetros; na cidade de São Paulo, houve rajadas de até 65 quilômetros.

O plantio de árvores na cidade de São Paulo quase 80% feito pelo Sr. Paulo Maluf não teve nenhum embasamento técnico-científico e biológico; 15% delas foram plantadas em cima da terra e não suportam ataques de pragas.

Para encurtar o assunto, vou fazer a seguinte pergunta para a Eletropaulo: eu queria saber se o senhor tem um estudo de um impacto financeiro que queda dessas árvores causam aos cofres da Eletropaulo, do Poder Público Municipal e dos empreendedores e dos consumidores pessoas físicas?

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado pela oportunidade da palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero agradecer as palavras do Laerte.

Agora, devolvo a palavra para a Eletropaulo e solicito, logo depois da sua manifestação, do Diretor Rogério Pereira Jorge, também, a manifestação da Agência, para que a gente conclua essa etapa da nossa audiência pública, permitindo, depois, a manifestação dos Srs. Vereadores e a conclusão dos nossos trabalhos.

O SR. ROGÉRIO PEREIRA JORGE - Pois não.

Vou tentar ser conciso o suficiente, mas passar pelos principais pontos que abordaram aqui o Sr. Roberto, Sra. Moira Vasconcelos, Sr. Laerte e Vereador Salomão.

Quando nós dizemos que a árvore é o principal motivo da falta de energia, nós mesmos mostramos, no gráfico, que ela representa a metade. Ela é, sem dúvida, a maior causa da falta de energia. Em momento nenhum nós dissemos que era a única. A outra metade tem dezenas de motivos diferentes, inclusive, necessidade de manutenção.

É por isso que estamos investindo. Mostrei o gráfico de 800 milhões de reais em 2016; 3 bilhões e meio nos próximos quatro anos; mais de 5 bilhões nos últimos cinco anos, justamente, para fazer o investimento da expansão e manutenção.

Quanto à questão da falta de capacidade de atendimento na Chácara Klabin, que o Sr. Roberto trouxe, pode ficar tranquilo que o problema das interrupções não têm relação com a capacidade instalada e com os novos empreendimentos.

Tem, sim, que cada empreendimento precisa ser ligado e, evidentemente, precisa fazer uma obra na rede e, eventualmente, precisa desligar um trecho da rede quando não toda.

Cada prédio que aparece precisa ser ligado, assim como cada casa que aparece precisa ser ligada.

O problema é que um prédio, um condomínio equivale a 100, 200. 300 casas. Então, a obra é 100, 200, 300 vezes maior do que ligar uma casa, mas a questão da falta de energia não tem relação com a capacidade da rede, não é sobrecarga naquela região. Pelo

contrário, ali não temos esse tipo de problema.

Outra coisa que anotei aqui é a questão das podas que vários dos senhores comentaram.

Nós temos um fluxo muito efetivo com a Prefeitura de São Paulo – e que melhorou muito, Presidente, com a assinatura do convênio no ano passado, no primeiro trimestre de 2015, com a Prefeitura de São Paulo. Antes, nós precisávamos de autorização para cada árvore que se fazia poda na região. Agora, nós temos uma autorização anual para realizar essas podas.

Para os senhores terem uma ideia, ano passado, no primeiro quadrimestre, podamos quase 400 árvores, este ano já foram podadas quase 2.600 árvores. Multiplicou por quatro a nossa efetividade, o nosso volume de poda. Só que vale destacar o que comentei, podamos um raio de dois metros ao redor da rede. Qualquer coisa acima disso ou que balance ou que se encoste à rede, não se resolve com a poda da árvore.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Só pra gente entender a limitação de dois m², ela está imposta...

O SR. ROGÉRIO PEREIRA JORGE – É legislação ambiental estadual.

P – Legislação ambiental estadual restringe a poda hoje, a vocês diretamente, a dois metros?

R – Exatamente.

P – E essa autorização que vocês passaram a ter anualmente, você não precisa de nenhuma autorização ambiental, está autorizado a qualquer momento podar até dois metros do epicentro, que é a linha de energia?

R – Exatamente, e dentro daquele volume que nós apresentamos como planejamento para a Prefeitura.

- Pedido da palavra “pela ordem”.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixe ele concluir as respostas e se

tiver questionamento em cima delas, vamos dando ritmo e conseguimos fechar sem mais uma rodada de questionamentos. Está bom?

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Obrigado.

R – Outro ponto relevante é a questão das pessoas que dependem de aparelho. A AES Eletropaulo, assim como qualquer distribuidora do País, é obrigada a prestar serviço essencial para consumidores que dependem de aparelho. Todos os clientes que têm essa situação devem informar à AES Eletropaulo que estão nessa situação, fornecer relatórios médicos, fornecer autonomia dos equipamentos que possuem em suas residências porque no caso de uma falta de energia, eventualmente alguém bate num poste, vai demorar lá 10h, 12h pra corrigir, nós ligamos a essas pessoas e orientamos a chamar o SAMU e remover as pessoas. O fato de demorar 4, 8 ou 12h não depende necessariamente de reparar a rede. A gente não pode pegar, por exemplo, evento climático como o que eu mostrei, e se comprometer a voltar em uma hora, caso contrário a pessoa possa vir a óbito. Essa é a regra que vale e nós nos preocupamos muito com todos os cadastrados. Então, é avisar com antecedência e ligar que vamos orientando, se aguarda, se remove, ou atender com prioridade. Temos 0800 específico pra isso, tem toda a regulamentação e no nosso site como atender.

P – Pra isso vocês têm cadastro específico para aqueles que fazem uso...

R – Daqueles que dependem de aparelho pra sobreviver e é legislação federal.

Outro ponto é o valor das contas. Mostrei no nosso gráfico, o que aumentou o valor da conta de energia foi a geração, nós apenas distribuimos. Nada do que aumentou dessa conta, uma parcela infinitamente pequena ficou com a distribuidora, muito menor do que a própria inflação do período, e nem por isso deixamos de investir. Pelo contrário, em momento de crise, estamos contratando e investindo quase um bilhão de reais num único ano.

Também a questão dos danos elétricos, essa questão é regulada, as pessoas no próprio site podem pedir pedido de ressarcimento pelos danos, bastando apresentar comprovação do dano, os orçamentos e que caracterize o vínculo entre o dano causado e a

falta de energia. Há uma regra específica que prevê a relação, que nós chamamos de “nexo causal”. Havendo “nexo causal” e tendo a ocorrência somos obrigados a ressarcir. Indenizamos anualmente algumas, diria que mais de uma dezena de milhão de reais pra esse tipo de situação.

Presidente, de um forma muito sucinta, passei pelos principais pontos que nós trouxemos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixe-me pedir para ARSESP para um pouco trazer a sua manifestação enquanto agência reguladora e aí passamos para o encerramento junto aos Vereadores.

Mas vou insistir com a possibilidade da Câmara ter relatórios. Parece-me que esse volume de informações é produzido pela empresa de maneira regular. Se a Câmara puder ter e esta Comissão, que trabalha com a questão da atividade econômica, tem um vínculo direto, a atividade econômica é gerada na sociedade moderna com a presença de energia, sem a presença de energia dificilmente se imagina alguma atividade econômica se sustentando. Há um estágio em que se pode reduzir a desinformação, e ao reduzi-la qualifica o nosso questionamento. Vamos ser então muito mais cirúrgico naquilo que vamos cobrar da AES e da ARSESP em defesa do cidadão. Aqui não é pra aliviar, mas sim pra dar qualidade à abordagem.

Vamos dizer o seguinte: temos um problema, em tal território da cidade tem havido falhas e falhas que fogem das regras que estão sendo apresentadas. Mas pra isso o acesso à informação tem de estar qualificado, caso contrário, não há essa abordagem qualificada. Ficamos no esforço de dizer que estamos passando apuro ficando sem luz. Na sociedade moderna ficar sem luz é apuro de verdade.

R – Estamos à disposição. Boa parte é pública, trouxe dois circuitos, e nós temos mais 1.700. Podemos fazer um trabalho e priorizar o que vocês precisarem, sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Vereador Salomão.

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Obrigado, Sr. Presidente. É só pra uma conclusão. A questão da falta de luz dentro do lar, como também em muitas casas em que há portão automático, a partir do momento que falta energia na rua, no bairro, essas pessoas não têm como chegar em suas casas, a não ser que suba no telhado, na parte do portão e tire uma trava e abra o portão, coisa totalmente desagradável.

O que o Sr. Rogério falou aqui que 50% da falta de energia é devido a queda das árvores, vamos corrigir isso, e muita falta de energia também é falta de manutenção preventiva. Podem andar por qualquer lugar – como falou aquela moça -, nos Jardins, em qualquer lugar de São Paulo bastante arborizado, a rede elétrica passa por dentro das árvores. Ali crescem e não há manutenção preventiva. Não precisa chover, basta o vento, que é suficiente para faltar energia na rua, no bairro, e isso preciso ser corrigido. É lamentável a falta de atendimento qualificado pela Eletropaulo na cidade de São Paulo. Os moradores ficam no prejuízo, não sabem a quem recorrer.

É importante, Sr. Presidente, ver com quem fica o prejuízo, fica com os moradores que, às vezes, são obrigados a jogar fora alimentos, medicamentos. Dentre outras coisas, que possa acionar a Eletropaulo pra que seja indenizado esse prejuízo.

Era isso que eu gostaria de falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra Vereador Senival.

O SR. SENIVAL MOURA – Boa tarde a todos. Esse problema é recorrente em toda cidade, não é só na Chácara Klabin. Há problemas em toda cidade, a grande verdade é essa.

Queria fazer algumas indagações ao Sr. Rogério Pereira Jorge, Presidente da AES Eletropaulo. Qual a demanda reprimida por poda de árvore na região da Chácara Klabin?

Não sei se é possível me responder, há uma resposta para essa mesma pergunta em toda a cidade. Qual a demanda reprimida por poda de árvore em toda cidade? Foi dito que é atípico, que é devido às chuvas, etc e tal, e os moradores contraditaram, disseram que não é bem assim. Os problemas acontecem independentemente da situação climática.

E a última pergunta: qual a média mensal que os moradores de uma mesma região e de vários pontos da cidade ficam mensalmente sem fornecimento de energia?

São essas três perguntas que eu quero fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Para concluir a audiência, vou passar a palavra ao nosso Diretor da AES Eletropaulo e depois às considerações da ARSESP e terminarmos tentando construir um fluxo de informação que nos permita, nas novas audiências que teremos, ter como base originária volume de informação que já temos na Casa e, sem dúvida, vamos avançar não só na informação ao cidadão, mas no diálogo com as autoridades que hoje fiscalizam, regulam o setor ou prestam serviço direto ao cidadão.

O SR. ROGÉRIO PEREIRA JORGE – Respondendo rapidamente, a demanda reprimida, o que nós temos é o que apresentei na Chácara Klabin, falta podar 252 árvores para concluir a liberação dos alimentadores, não quer dizer que lá tem 252 árvores, mas aquelas que são críticas para a qualidade do fornecimento. E na área de concessão, como um todo, temos previstas para serem podadas 600 mil árvores. Ano passado podamos 240 mil e este ano vamos podar algo em torno de 600 mil árvores, na nossa área de concessão, cidade de São Paulo e demais municípios. A média mensal que os clientes ficam interrompidos, eu mostrei o período de janeiro a maio, Chácara Klabin, e não tenho de cabeça a média total da Eletropaulo, e podemos mandar junto com as informações, é um número simples, é público, só não tenho de cabeça.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agora a ARSESP com a palavra, pra gente tentar o nosso encaminhamento, tirar as nossas conclusões.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUSA AMARAL FILHO – Eu pediria ao nosso Superintendente de Energia Elétrica, Paulo Fernando Cunha Albuquerque, ele tem uma apresentação. Há uma parte inicial institucional, Paulo. Se quiser desconsiderar, fique à vontade.

O SR PAULO FERNANDO CUNHA ALBUQUERQUE – Boa tarde a todos.

Cumprimento a Mesa através do Presidente da Comissão, pelo gentil convite à ARSESP para apresentar um pouco do que ela faz. Pra ARSESP é sempre uma alegria poder apresentar à população qual o trabalho dela e que ela faz em seu dia a dia.

Vamos aos *slides*. A ARSESP foi criada em 2007, veio da antiga CSPE, criada em 1998, somente com gás e energia elétrica e a ARSESP depois cresceu a parte de saneamento.

Estou destacando aqui as três competências da ARSESP: à nível federal, energia elétrica; à nível estadual, gás; e à nível municipal, saneamento. Cada uma das três esferas, a ARSESP tem competências específicas. Na energia elétrica, a competência é a fiscalização; no gás, a competência é regulação e fiscalização; e o saneamento básico através de convênios com os municípios, faz a fiscalização do serviço de saneamento.

Temos o serviço de atendimento ao usuário que eu destaco, é muito importante, é um canal de comunicação com a comunidade. Esse serviço de comunicação, em primeira instância, recomenda-se que se faça reclamação à empresa. Numa segunda instância, o consumidor não estando satisfeito, reclame na Ouvidoria da empresa. Numa terceira, a reclamação será junto ao Serviço de atendimento ao usuário da ARSESP, onde tomaremos as devidas providências, questionando o que aconteceu, por que aconteceu e por que não foi resolvido.

Tenho aqui uma demonstração das manifestações e reclamações que chegaram ao nosso atendimento, em 2015. As manifestações são os pedidos de informações, querendo saber sobre serviço, o que pode ser feito em cada caso. Àquele círculo azul, 95,9% se refere à energia elétrica. E reclamações em 2015, num total de 56.000, 88,8% também se refere à energia elétrica. Os demais: verde, saneamento básico; vermelho, Comgás canalizado.

Aqui estão as reclamações de energia elétrica por tipo de assunto. Como pode ser visto, basicamente $\frac{1}{4}$ das reclamações são referentes à falta de energia, basicamente assunto que estamos tratando nesta Comissão. Outras reclamações: variação de consumo, ressarcimento de danos elétricos, que é aquela competência que a ARSESP tem delegada da

ANEEL, de poder aprovado junto ao consumidor.

Os principais canais de atendimento para registro da população, se vocês quiserem anotar, são os canais que temos para entrada de reclamação da população. Na energia elétrica, o caso do *síte* da Aneel. Neste momento, a Aneel, como vocês certamente têm conhecimento, devido a restrições (ininteligível), limitou o serviço de atendimento telefônico, que deve ser restaurado ainda no mês que vem. Para o gás canalizado e para o saneamento, nós temos o 0880 à disposição de vocês para reclamações ou manifestações.

Centrando um pouco em energia elétrica, nós temos, no Estado de São Paulo, 14 concessionárias, ou seja, 14 empresas distribuidoras, das quais a Eletropaulo é a maior; 12 permissionárias e 4 autorizadas, que são as antigas cooperativas de energia, que atende no máximo em zonas rurais. Essas cooperativas são normalmente situadas no Nordeste e Oeste do Estado de São Paulo.

Também fazemos a fiscalização das pequenas centrais, tanto hidrelétricas como termoelétricas. Essas centrais, nós fiscalizamos principalmente nos aspectos de segurança para a população e para as comunidades afetadas, principalmente na questão de barragens, que é aquilo a que temos dedicado especial atenção, tendo em vista o rompimento de uma barragem no ano passado.

Aqui, o mapa das concessões do Estado de São Paulo. Todo o Estado de São Paulo é atendido por essas 14 empresas e mais as permissionárias de energia.

Como é que funciona a fiscalização da ARSESP? A ARSESP é uma conveniada da Aneel, que é a reguladora e a detentora dos direitos, pois o Poder Federal que tem autorização do Ministério de Energia para operar a energia elétrica. A ARSESP tem um convênio com a Aneel. Nesse convênio, descentralizou o serviço de fiscalização. Então, nós não regulamos a forma como é feita a distribuição de energia elétrica, mas fiscalizamos através dos regulamentos da Aneel.

Temos recursos que vêm através da Taxa de Fiscalização de Energia Elétrica, um

percentual de 0,4% em cada nossa, o qual é remetido ao Tesouro Federal, que repassa à Aneel, que nos repassa uma parte para o nosso serviço de fiscalização. Portanto, a Aneel é a última responsável pelas atividades de fiscalização que são realizadas em cada exercício com agências estaduais conveniadas. Assim com a ARSESP é conveniada em São Paulo, existem agências em todo o Brasil que também são conveniadas com a Aneel.

Que tipo de fiscalização fizemos? Basicamente fiscalizações remotas, feitas na sede do escritório através de dados. Mensalmente, as distribuidoras remetem dados para a Aneel, que nos fornece, e, através desses dados, fazemos fiscalização de diversos tipos de serviços oferecidos, tanto comerciais como técnicos. Nos serviços comerciais, principalmente o tempo em que o serviço é oferecido. Por exemplo, um pedido de ligação tem um tempo determinado para ser feito para o consumidor, ou uma religação, ou outras questões afetas ao comercial.

Na parte técnica, são interrupções e níveis de tensão. Então, são opções de controle por indicadores DEC e FEC, que a Eletropaulo já demonstrou e vou demonstrar mais um pouco para vocês. Na parte de níveis de tensão, é a tensão que vocês recebem em casa, que têm que estar dentro de um pequeno limite de variação.

O objetivo da fiscalização é verificar eventual prejuízo a serviço de energia elétrica. Como já mencionei, o atendimento comercial e a qualidade técnica. No comercial, a Resolução 141 da Aneel regula toda essa parte comercial, e quem tiver curiosidade, ela está no *site* da Aneel; ela é pública, pode ser consultada a qualquer momento para se verificar quais são os direitos do consumidor na área comercial.

A qualidade técnica é regulada através do chamado Prodist, que são os procedimentos de distribuição, o qual é aprovado pela Aneel e também está no *site* da Aneel para livre consulta de vocês. Trata-se de procedimento técnico minucioso e que dá conta de toda a qualidade da energia que chega à cada de cada um de nós.

Aqui, estou fazendo um breve relato no sentido da transparência da ARSESP junto à comunidade das fiscalizações que fizeram desde 2011 até 2015, tanto comerciais como

técnicas. A comercial são os serviços prestados pela empresa na sua conta de energia e o contato que vocês têm com a empresa. As técnicas se referem à questão de verificar redes, verificar como está sendo a distribuição tecnicamente nas ruas. E, no final dessa exposição, vou mostrar o que foi feito para a Chácara Klabin, pois fizemos a fiscalização naquela área.

O indicador de continuidade individual é aquele indicador que você recebe na conta e que aqui até foi mencionado que muitas vezes vem com o valor zero. Tem uma meta, naquele quadro vocês têm a meta do indicador de continuidade individual que vocês tenham realizado.

Vou comentar rapidamente que esse “realizado” é aquele realizado que não é o expurgado, que não é expurgo, que a empresa dele tem direito quando ocorrem eventos climáticos. Como o Rogério já mencionou um pouco antes existe o indicador apurado, que é aquele que não contem expurgo. Acrescendo-se o expurgo, você tem o indicador total. Então, o expurgo a concessionaria tem direito, porque foram eventos que ocorreram fora da sua responsabilidade. Fazemos também monitoramento de diversas outras variáveis e a universalização e o ativo são fiscalizações muito específicas.

Também na parte de IPCT e IPC a gás – nós fizemos esse conjunto todo de frações que vocês estão vendo – destaco, em 2015, 63 fiscalizações, e 38, total de instalações técnicas e comerciais.

Por favor. Nós também atendemos pedidos, tanto de câmaras municipais - como estamos aqui – quanto de promotorias e associações de moradores de bairros. Nesses casos, averiguamos junto à empresa o que aconteceu, como aconteceu e por que aconteceu e como isso poderia ser remediado. Exigimos plano de ação e fiscalizamos esse plano de ação através de inspeções, que são realizadas.

Através das fiscalizações e por meio desse nosso convênio da Aneel são aplicadas penalidades, que chamamos de autos de infração. Então, feita a fiscalização em que se faz um relatório e a gente reporta as não conformidades, ou seja, tudo o que está fora do regulamento da Aneel. E ai podem ou não ser aplicadas penalidades às empresas. Estou destacando desde 2011 a 2015 e posso colocar a vocês que, em 2015, foi um total de 77 milhões aplicados em penalidades para 14 concessionárias do estado de São Paulo. É um valor relativamente alto. Isso mostra a nossa atividade e mostra tudo o que tem de ser consertado nas redes de distribuição.

Vamos em frente? Estou indo um pouquinho rápido por conta do tempo. Mas, além

das penalidades aplicadas diretamente pela ARSESP, existe outra penalidade, que é uma compensação que vocês recebem diretamente na conta de energia quando alguns indicadores são ultrapassados. Havendo uma interrupção de energia e ela durando mais do que certo tempo, que é aquele tempo que está na conta de energia de vocês, que é uma duração de interrupção por consumidor ou uma frequência (ininteligível) para o consumidor maior do que aquele limite, o consumidor tem o direito a receber uma compensação por esse mal serviço, digamos. Essa compensação vem de 60 a 90 dias após o ocorrido fato, excetuando-se, como eu falei, os expurgos. Ou seja, quando existem eventos climáticos ou outros eventos da ação da concessionária, isso é expurgado e provavelmente vocês não receberiam. Mas, se vocês verificarem essa conta de luz toda do ano passado, provavelmente irão perceber algum valor que foi retornado para a empresa através da conta de luz, através do desconto, que é essa compensação.

E eu quero aqui falar do valor. Não sei se vocês conseguem ver, mas eu estou: 2013, 2014 e 2015, para a Eletropaulo nós temos um valor de 116 milhões pagos em compensação, ou seja, no ano de 2015 a Eletropaulo pagou esse valor de 116 milhões – acredito que o valor seja esse porque está bem na linha que eu não consigo ver, mas quem estiver vendo melhor poderá me corrigir – pagos diretamente na conta por compensação de interrupções havidas. Percebe-se que esse valor chega a ser maior do que 77 milhões que eu coloquei de penalidades aplicadas pela ARSESP. Portanto, o consumidor já é compensado e isso até digamos é um pouco de resposta ao que foi colocado aqui, no sentido de que o consumidor tem direitos. Esses direitos são fiscalizados pela ARSESP. Esse valor é fiscalizado anualmente pela ARSESP para verificar se realmente corresponde, através daquela fiscalização que eu falei, chamada de ICI, que é a fiscalização de indicadores individuais.

Por favor. Aqui, estou mostrando os indicadores DEC/FEC de todo o estado de São Paulo, mostrando, desde 1999 até 2015, como se comportaram. Essa parte verde é o que eu denominei expurgos, que é uma denominação oficial da Aneel, que é a parte não reconhecida devido a eventos climáticos. Como vocês notam isso tem crescido bastante por conta de que, todos nós sabemos eventos atmosféricos têm se tornado cada vez mais frequentes, muitas vezes fora de época. A gente se acostumou aqui a dizer que no verão é que acontecem tempestades e agora estão acontecendo nos meses de maio e junho, totalmente fora da habitualidade do clima.

Por favor. Aqui, os indicadores DEC/FEC de todas as empresas. Infelizmente está

um pouquinho pequeno, mas segue a mesma lógica. Por cada modalidade de 14 empresas no estado de São Paulo estou destacando esses indicadores.

Por favor. Eu estou deixando essa transparência com a Comissão, de maneira que poderá se quiser franquear para quem quiser conhecer os indicadores, que também estão no *site* da Aneel. São públicos e poderão ser verificados lá.

Fizemos fiscalização técnica na Eletropaulo, que é o objeto da nossa audiência pública, entre 23 de novembro a 2 de dezembro. Então, uma equipe da ARSESP esteve em todos os municípios do estado de São Paulo fazendo uma fiscalização geral e um conjunto grande de alimentadores. Inspecionamos 35 subestações da concessionária e um total de 49 alimentadores de média tensão.

Por favor. Essa fiscalização técnica se dá no campo através de uma dupla de fiscais que percorre cada um desses alimentadores que eu mencionei, que são sorteados dentro do município de São Paulo, levando-se em conta os piores indicadores de cada um deles. E nesse sorteio, nós sorteamos o SAC 108, que atende a Chácara Klabin. O que aconteceu nesse alimentador? Verificamos diversas irregularidades nessa rede, que pertence à subestação Sacomã e solicitamos à Eletropaulo que as corrigissem. A Eletropaulo realmente montou um plano de ação e está fazendo esse plano de ação para a correção dessas irregularidades.

Esse alimentador atende na Chácara Klabin 6.643 consumidores. Nessa fiscalização, um total de 300 mil consumidores foram beneficiados, num total de consumidores de 6,6 milhões da distribuidora Eletropaulo.

Por favor. Bom, resultado: tudo o que foi apontado de irregularidade nessa fiscalização e nós nos referimos somente à Chácara Klabin, mas em toda a cidade de São Paulo foi mandado um relatório para a Eletropaulo, que respondeu a esse relatório, montou um plano de ação, que estamos acompanhando. Como as irregularidades encontradas foram substanciais foi feita uma multa à Eletropaulo de 14,656 milhões por conta das irregularidades. Quanto a essa multa, ela recorreu e agora está em análise pela diretoria colegiada da ARSESP, que vai analisar e confirmar ou retificar esse valor.

Posteriormente esse valor vai para a Aneel e a sua diretoria confirmará ou outra vez retificará o valor. Ou seja, é um sistema que permite à concessionária expor os seus pontos de vista; permite que ela peça uma reconsideração de valores; mostre que alguma coisa talvez não tenha sido bem vista pela fiscalização e reafirme o seu ponto de vista. Essa multa depois

vai para o tesouro e será cobrada.

Basicamente, era isso o que eu queria demonstrar a vocês, a nossa atividade. Agradeço muito por essa oportunidade e ficamos sempre à disposição na ARSESP nos telefones que citei para a comunidade e qualquer consumidor que solicitar a nossa atenção.

Muito obrigado à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Então, é fundamental entender as duas etapas aqui apresentadas.

Uma apresentou todo o processo que teve o foco da apresentação na Chácara Klabin, porque foi a região que demandou em reunião regular da nossa Comissão a audiência pública com a agência e com a nossa concessionária de serviços de energia, a AES Eletropaulo. É importante anunciar que a Eletropaulo traz informações importantes de investimento, de podas, que ainda são demanda reprimida aqui, como bem abordado pelo Vereador Senival Moura.

A ARSESP também traz uma informação importante de que o ritmo de fiscalização existe, a ponto inclusive, de punições. Mesmo que ainda em grau de recurso já foram aplicadas por interpretar irregularidades, não só no fornecimento de energia, mas em todo o processo que permite à sociedade ter o serviço à disposição, muitas vezes quando você faz o acionamento da solicitação de uma energia, que leva mais tempo para esse fornecimento que ainda não está instalado.

Então, para finalizar a nossa audiência e na construção de uma relação mais efetiva, tanto com a agência, como com a diretoria da Eletropaulo, nós iremos requerer via ofício um volume de informações, que poderá por vocês ser oferecida também para nós por ofício ou pelos mecanismos digitais, que são mais fáceis.

E também a orientação para a Câmara de como ela pode tornar isso fluxos regulares. Então, de que forma a Câmara pode mensalmente informar aos conselheiros participativos – temos mais de mil conselheiros participativos -, pois isso chega ao cidadão com mais eficiência do que ficarmos fazendo esforço em gastos com publicidade, propaganda e assim por diante. Criar um ramal de comunicação cidadã de que a informação do que a Eletropaulo vem fazendo chegue, a informação daquilo que foi o ato de fiscalização da ARSESP também chegue, portanto, que consigamos informar o cidadão.

Com essas duas informações o cidadão tem muito mais poder para fazer a sua reclamação e dizer o seguinte: “Olha, não é isso o que está acontecendo aqui”. É um caso

diferente desse, portanto qualifica também, tanto a prestação de serviços, como a fiscalização do agente, porque está claro para nós que com a equipe que a ARSESP tem, ela também tem limitações nesse processo de fiscalização da empresa concessionária aqui na cidade de São Paulo. Como há mais de 11 milhões de pessoas que circulam na cidade de São Paulo, elas são poderosas nesse processo de fiscalização da nossa Cidade.

Então, quero concluir com esse modelo de oficiarmos, tanto a ARSESP, como a Eletropaulo. Quero agradecer a presença das autoridades do Executivo do Estado, porque a ARSESP é vinculada diretamente à Secretaria de Recursos Hídricos, correto?

O SR. PAULO FERNANDO CUNHA ALBUQUERQUE - É de Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Secretaria de Governo. Quero agradecer à equipe de vocês que estiveram nos acompanhando, mas em especial as abordagens que a sociedade nos trouxe. A preocupação que tem o coletivo da Chácara Klabin, que vem sendo anunciada e que não é de hoje, ela é recorrente. A prova disso é que estão anunciados 51 milhões de reais de investimentos. Essa informação eles não tinham, como eu também não tinha. E o foco que pretendemos dar, de hoje ao próximo diálogo com vocês, está centrado nos nossos bairros Jardins, que o maciço arbóreo é muito maior e a incidência é também maior.

E tem uma demanda nova, que nos chegou pelos mecanismos eletrônicos quando realizávamos a reunião, que vem do extremo da Cidade. Então, comunidades do extremo Noroeste, região do Distrito Anhanguera, anunciaram uma dificuldade de recepção de energia. Estão dizendo: “Ainda a rede formal não chegou aqui.” Estão trabalhando com bairros que estão no processo de regularização fundiária e demandam da autoridade pública, a energia que não chegou a eles. Estamos, então, trabalhando com outro foco, que é bem diferente desse relatado numa área de bastante adensamento e qualidade habitacional como a Klabin, como o bairro Jardins. Estamos falando do extremo da Cidade, que vem revelando dificuldades, não de ter regular fornecimento de energia, mas de ter algum fornecimento de energia.

Então, assim, quero concluir a nossa audiência pública, agradecendo muito a presença de vocês e dos Srs. Vereadores que também participaram conosco. É a primeira vez que a Câmara se debruça nesse tema com essa vocação e essa relação que os vereadores têm com a sociedade e as informações que vocês têm podem ser poderosas para orientarmos de fato a população daquilo que ela tem direito. Muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos.